

Auditoria erra, diz secretário

O custo do metro quadrado de construção do Sistema Penitenciário da Papuda é o mais baixo do País — mil dólares por metro quadrado, preço 30 por cento mais barato que o praticado em obra do mesmo gênero em construção no resto do País. A constatação é do Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça. Segundo o secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, João Brochado, que contesta a conclusão de “superfaturamento” da obra a que chegaram dois auditores do Tribunal de Contas da União. Segundo o secretário, os custos de construção das penitenciárias de Aracaju, Florianópolis, Rio de Janeiro e Belém são superiores, hoje, a 1.300 dólares.

Brochado atribui a conclusão dos auditores ao critério “absolutamente equivocado” que utilizaram para fazer o cálculo do custo da obra: compararam o metro quadrado de construção de penitenciária, classificada como de segurança máxima, com o custo de construção de uma residência comum.

“Não é preciso ser um técnico para entender que essa comparação é absurda”, diz Brochado. “Como comparar os custos de um muro convencional de residência com os custos de um muro de concreto armado de um presídio de segurança máxima? Ou o pátio de uma residência com o pátio de concreto armado de um presídio construído para criminosos da mais alta periculosidade? Ora, uma casa comum não tem grades, paredes de concreto, alarmes, sistemas contra incêndio, iluminação de alta potência, redes de serviços especiais”.

De acordo com o secretário, não houve tempo para que os



Brochado: custo até menor

auditores realizassem um trabalho criterioso. Eles receberam os projetos da Secretaria, para análise, no dia 30 de dezembro, às 18h, e assinaram seu relatório no dia 3 de janeiro, uma segunda-feira, primeiro dia útil do ano. “Ou seja, tiveram apenas dois dias úteis para analisar uma obra de porte, com 44 mil metros cúbicos de concreto e mais de 72 mil metros quadrados de área construída, cuja listagem de material comporta mais de 800 itens — dos quais, diga-se de passagem conseguiram analisar somente dez”, diz Brochado.

O secretário João Brochado informa ainda que, antes de o governador Joaquim Roriz homologar a concorrência, o processo licitatório foi submetido à apreciação da Procuradoria Geral do Distrito Federal, que o considerou “inteiramente normal” e recomendou a homologação. Os próprios auditores, ao final do seu relatório, afirmam que a aplicação dos recursos na execução da obra está sendo regular.

Quanto à acusação de “acerto” entre as empreiteiras na fase de licitação, o secretário João Brochado diz que os próprios auditores informaram em seu relatório não ter havido quebra de sigilo das planilhas de custo do Governo.